

TERMO DE REFERÊNCIA – TR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

“O presente Termo de Referência é elaborado em conformidade no Art. 6º, inciso XXIII da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.”

DADOS DO ÓRGÃO SOLICITANTE

DADOS CADASTRAIS:

ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

ENDEREÇO: Rua trinta e um de maio Nº 300.

BAIRRO: Vista Alegre.

CIDADE: Careiro/AM.

UF: Amazonas.

CEP: 69.250.000.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos continuados de apoio à gestão da saúde, compreendendo treinamentos, capacitações e suporte técnico ao sistema e-SUS APS, hospedagem de infraestrutura de computação em nuvem, bem como o monitoramento e a análise dos indicadores estratégicos da Atenção Primária à Saúde (APS), em conformidade com o novo modelo de cofinanciamento.

1.2. Os serviços deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, visando ao fortalecimento da gestão municipal da saúde, à melhoria da qualidade das informações, ao aprimoramento do desempenho dos indicadores da APS e à otimização dos recursos destinados ao financiamento da Atenção Primária.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. A presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do Decreto Municipal nº 007, de 07 de fevereiro de 2024, que regulamenta a referida lei no âmbito do Município de Careiro/AM.

2.2. Nos termos do art. 70 do Decreto Municipal nº 007/2024, a modalidade Pregão será adotada quando o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, condição atendida no presente caso, tendo em vista que os serviços a serem contratados possuem características padronizadas e passíveis de definição objetiva neste Termo de Referência.

2.3. Conforme disposto no art. 72 do referido Decreto, o Pregão é a modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, enquadrando-se o objeto da presente contratação como serviço comum, uma vez que seus requisitos técnicos, operacionais e de desempenho são usuais no mercado e podem ser claramente especificados.

2.4. Adicionalmente, observa-se o disposto no art. 71 do Decreto Municipal nº 007/2024, que restringe a utilização do Pregão para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual. No entanto, no presente caso, os serviços caracterizam-se como serviços comuns de apoio à gestão, com execução padronizada, contínua e baseada em procedimentos operacionais definidos, não se configurando como atividade intelectual singular, razão pela qual é plenamente cabível a adoção da modalidade Pregão.

2.5. A contratação também se fundamenta nas disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 28, inciso I, que prevê o Pregão como modalidade de licitação, no art. 18, que trata da fase preparatória, e no art. 6º, inciso XXIII, que define o Termo de Referência como documento essencial à caracterização do objeto.

2.6. No âmbito municipal, aplica-se ainda o Decreto Municipal nº 003, de 03 de janeiro de 2024, que regulamenta os procedimentos de pesquisa de preços e formação do valor estimado da contratação. No que se refere ao objeto, a contratação encontra respaldo nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei nº 8.080/1990, bem como nas normativas do Ministério da Saúde, especialmente aquelas relacionadas à Atenção Primária à Saúde (APS), ao financiamento da APS e à utilização dos sistemas de informação em saúde, com destaque para o e-SUS APS.

Dessa forma, a contratação encontra-se devidamente fundamentada na legislação vigente, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

3. CLASSIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação está classificada como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por envolver a prestação de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Os serviços objeto da contratação compreendem atividades de apoio à gestão da saúde, incluindo suporte técnico, capacitação, monitoramento de indicadores, hospedagem de infraestrutura tecnológica e operacionalização de sistemas de informação, os quais possuem metodologias, técnicas e rotinas padronizadas, amplamente ofertadas por empresas especializadas no mercado.

3.3. Dessa forma, não se trata de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, mas sim de serviços executados de forma contínua, padronizada e orientada a procedimentos previamente definidos, o que permite sua adequada especificação e comparação objetiva entre propostas.

Nesse sentido, a contratação enquadra-se como serviço comum, sendo plenamente cabível a utilização da modalidade Pregão, conforme previsto no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como nos termos do art. 70 e art. 72 do Decreto Municipal nº 007/2024.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

4.1. A presente contratação adota o Sistema de Registro de Preços (SRP) como instrumento adequado para viabilizar a execução dos serviços de forma flexível, eficiente e compatível com a dinâmica da gestão da saúde, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente o disposto no art. 82, bem como do Decreto Municipal nº 007, de 07 de fevereiro de 2024, que regulamenta a matéria no âmbito do Município de Careiro/AM.

4.2. Conforme dispõe o art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços poderá ser utilizado para contratações futuras, quando houver necessidade de aquisições ou serviços frequentes, com demandas variáveis e impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato.

4.3. No mesmo sentido, o art. 26 do Decreto Municipal nº 007/2024 estabelece que o SRP consiste no conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisições para contratações futuras, sendo admitido, nos termos do §1º do referido artigo, para a contratação de bens e serviços comuns, como é o caso do objeto ora proposto.

4.4. A adoção do SRP justifica-se pela natureza dos serviços a serem contratados, os quais apresentam demanda contínua, variável e condicionada às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no que se refere ao suporte técnico ao e-SUS APS, capacitação das equipes,

monitoramento dos indicadores da Atenção Primária à Saúde (APS), adequações operacionais e manutenção da infraestrutura tecnológica.

4.4.1. Tais atividades não possuem execução linear nem quantitativo previamente mensurável, uma vez que dependem de fatores dinâmicos, como:

- desempenho das equipes de saúde;
- variações nos indicadores da APS;
- necessidades das unidades de saúde;
- atualizações normativas do Ministério da Saúde;
- demandas técnicas decorrentes da rotina dos serviços.

4.4.2. Dessa forma, a fixação prévia de quantitativos poderia comprometer a eficiência da contratação, gerando risco de superdimensionamento ou subdimensionamento do objeto, em desacordo com os princípios da economicidade e da eficiência. Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a alternativa mais adequada, pois permite à Administração:

- realizar contratações conforme a demanda efetiva, em consonância com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021;
- garantir maior flexibilidade e eficiência operacional, conforme previsto no Decreto Municipal nº 007/2024;
- evitar desperdício de recursos públicos, contratando apenas o necessário;
- assegurar a continuidade dos serviços essenciais à gestão da saúde;
- promover melhor planejamento e controle da execução contratual.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se juridicamente fundamentada, tecnicamente necessária e administrativamente vantajosa, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A presente contratação decorre da necessidade de estruturação técnica e operacional da gestão da saúde, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) do Município de Careiro/AM, diante da ausência de mecanismos consolidados de monitoramento, análise de desempenho e suporte técnico contínuo aos sistemas de informação em saúde.

5.2. O modelo atual de financiamento da APS está diretamente vinculado ao desempenho dos indicadores estratégicos e à qualidade dos registros realizados no sistema e-SUS APS (PEC), de modo que falhas operacionais, inconsistências nos dados e ausência de acompanhamento sistemático comprometem não apenas a gestão das ações de saúde, mas também a captação de recursos financeiros pelo município.

5.3. No cenário atual, verifica-se a inexistência de suporte técnico especializado contínuo, bem como limitações na capacitação das equipes e na utilização adequada dos sistemas de informação, o que resulta em:

- registros incompletos e inconsistentes;
- baixa capacidade de monitoramento dos indicadores;
- fragilidade na análise de desempenho das equipes;
- ausência de instrumentos gerenciais para tomada de decisão;
- dependência de ações pontuais e não estruturadas.

5.4. Essa realidade impacta diretamente a eficiência da gestão municipal, podendo ocasionar perda de recursos vinculados ao desempenho da APS, redução da qualidade das informações em saúde e limitação na implementação de estratégias efetivas para melhoria dos serviços, comprometendo o atendimento à população.

5.5. Diante desse contexto, a contratação de empresa especializada mostra-se tecnicamente indispensável, uma vez que permitirá a implantação de uma estrutura contínua de apoio à gestão, com foco no monitoramento dos indicadores, qualificação dos registros, capacitação das equipes, suporte técnico aos sistemas e fortalecimento da tomada de decisão baseada em dados, garantindo maior eficiência administrativa, melhor desempenho nos indicadores da APS e otimização dos recursos públicos.

6. QUANTIDADE ESTIMADA E DETALHAMENTO DO OBJETO:

6.1. A presente contratação compreende a prestação de serviços técnicos continuados de apoio à gestão da saúde, a serem executados de forma integrada, contínua e conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Careiro/AM, observando-se as condições, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

6.1.1. A quantidade estimada e a descrição do objeto encontram-se detalhadas na tabela abaixo:

| Item | Descrição do Serviço | Quant. | V. Unit. | Total |
|------|---|---------------|---------------|----------------|
| 1 | Desenvolvimento de painéis de monitoramento de indicadores conforme o novo cofinanciamento da APS. Hospedagem de infraestrutura de computação em nuvem, garantindo disponibilidade, segurança, desempenho e escalabilidade dos sistemas. Instalação, implantação e manutenção de painéis eletrônicos de chamada para organização do atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro Especializado em Reabilitação (CER) visando otimizar o fluxo de pacientes, melhorar o acolhimento e fortalecer a gestão dos serviços de saúde. Treinamentos, capacitações e suporte técnico presencial e/ou remoto ao e-SUS APS, estruturados a partir dos indicadores estratégicos da Atenção Primária à Saúde, em consonância com o novo modelo de financiamento. Implementação e fortalecimento do e-SUS APS (PEC), adequando-o ao melhor cenário operacional do Município, visando à qualificação do registro das informações, melhoria do desempenho dos indicadores, otimização do financiamento e fortalecimento da gestão da APS. | 12 (Meses) | R\$ 14.410,21 | R\$ 172.922,52 |

6.1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

| Serviços | Descrição |
|------------------------|---|
| Apoio à Gestão. | Desenvolvimento e disponibilização de painéis de acompanhamento e monitoramento de indicadores da Atenção Primária à Saúde, em conformidade com o novo modelo de cofinanciamento da APS. |
| Serviço de hospedagem. | Prestação de serviços de hospedagem em infraestrutura de computação em nuvem, assegurando níveis adequados de disponibilidade, segurança, desempenho e capacidade de escalabilidade dos sistemas. |
| Apoio à Gestão | Implantação, instalação e manutenção de sistemas de painéis eletrônicos de chamada para gerenciamento e organização do atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Centro Especializado em Reabilitação (CER), com |

| | |
|-----------------|--|
| | a finalidade de otimizar o fluxo de pacientes, aprimorar o acolhimento e fortalecer a gestão dos serviços de saúde. |
| Apoio à Gestão. | Treinamentos, capacitações e suporte técnico presencial e/ou remoto ao e-SUS APS, estruturados a partir dos indicadores estratégicos da Atenção Primária à Saúde, em consonância com o novo modelo de financiamento. Implementação e fortalecimento do e-SUS APS (PEC), adequando-o ao melhor cenário operacional do Município, visando à qualificação do registro das informações, melhoria do desempenho dos indicadores, otimização do financiamento e fortalecimento da gestão da APS. |

6.2. As quantidades estimadas apresentadas na tabela têm por objetivo orientar o dimensionamento da contratação, não constituindo obrigação de execução integral por parte da Administração, considerando que os serviços serão prestados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da legislação vigente e do Sistema de Registro de Preços.

6.2.1. Ressalta-se que os valores unitários estimados foram obtidos com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo e atas de registro de preços com objetos semelhantes, cujas fontes encontram-se anexadas ao processo e detalhadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), assegurando a razoabilidade, compatibilidade e conformidade dos preços estimados com os valores praticados no mercado.

6.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.4. A execução do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada sucessivamente até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. A prorrogação contratual deverá ser devidamente justificada, demonstrando a continuidade da necessidade do serviço e a vantajosidade econômica da contratação.

6.6. A Administração poderá promover a extinção contratual nas hipóteses previstas na legislação vigente, quando não mais houver interesse público na continuidade da contratação.

6.7. O contrato ou instrumento equivalente estabelecerá as regras detalhadas de execução, incluindo prazos, condições, fiscalização, obrigações das partes e critérios de medição e pagamento.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. A presente contratação tem como objetivo assegurar a execução contínua, estruturada e eficiente dos serviços técnicos de apoio à gestão da saúde, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Careiro/AM, com foco no fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), na qualificação das informações em saúde e na melhoria do desempenho dos indicadores estratégicos vinculados ao financiamento da APS.

A solução proposta abrange a implementação de um conjunto integrado de serviços e ferramentas tecnológicas, contemplando desde a organização e tratamento das informações em saúde até o monitoramento sistemático dos indicadores, capacitação das equipes e suporte técnico permanente, garantindo maior controle, eficiência operacional e apoio à tomada de decisão pela gestão municipal.

7.1.1. Os serviços objeto da contratação compreendem o desenvolvimento de soluções tecnológicas e a prestação de suporte técnico especializado, incluindo painéis de monitoramento de indicadores, hospedagem em ambiente de computação em nuvem, implantação de sistemas de organização do atendimento, bem como treinamentos, capacitações e suporte técnico ao sistema e-SUS APS, caracterizando-se como serviços comuns, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, devendo atender às seguintes especificações:

- Ser executados de forma contínua, integrada e orientada a resultados, garantindo regularidade e qualidade na prestação dos serviços;
 - Estar em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde, especialmente no que se refere à Atenção Primária à Saúde e ao uso dos sistemas de informação;
 - Garantir suporte técnico permanente às equipes e à gestão, com atendimento presencial e/ou remoto;
 - Possibilitar o monitoramento sistemático dos indicadores da APS, com geração de informações gerenciais para apoio à tomada de decisão;
 - Assegurar a disponibilidade, segurança e integridade das informações armazenadas em ambiente de computação em nuvem;
 - Promover a qualificação contínua dos profissionais da rede municipal de saúde;
 - Garantir compatibilidade e integração com os sistemas oficiais utilizados pelo Município, especialmente o e-SUS APS (PEC).
- a) A solução como um todo proporciona:
- Estruturação e fortalecimento da gestão da Atenção Primária à Saúde;
 - Melhoria da qualidade, consistência e confiabilidade das informações em saúde;
 - Monitoramento contínuo e qualificado dos indicadores estratégicos da APS;
 - Aumento da eficiência administrativa e da capacidade de gestão baseada em dados;
 - Redução de inconsistências, retrabalho e falhas operacionais;
 - Otimização do financiamento da APS, mediante melhoria do desempenho dos indicadores;
 - Padronização dos processos e fortalecimento da governança na gestão da saúde.

Dessa forma, a contratação assegura a disponibilização de soluções técnicas e operacionais adequadas às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à população e para a adequada aplicação dos recursos públicos.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO LICITADO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços técnicos continuados de apoio à gestão da saúde, devendo ser executado em conformidade com as especificações técnicas, operacionais e funcionais estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando qualidade, eficiência e atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Careiro/AM.

8.2. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, integrada e sob demanda, contemplando todas as atividades descritas neste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas ao monitoramento dos indicadores da Atenção Primária à Saúde (APS), suporte técnico aos sistemas de informação, capacitação das equipes e sustentação da infraestrutura tecnológica.

8.3. A execução dos serviços deverá observar as seguintes condições:

- Disponibilização de equipe técnica qualificada, com experiência compatível com a natureza dos serviços;
- Atendimento presencial e/ou remoto, conforme a necessidade da Administração;
- Execução contínua dos serviços durante toda a vigência contratual, sem interrupções;
- Cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde e das normativas aplicáveis à Atenção Primária à Saúde;
- Fornecimento de suporte técnico permanente para solução de falhas, inconsistências e demandas operacionais;
- Disponibilização de ferramentas e soluções tecnológicas necessárias à execução dos serviços;
- Garantia da segurança, integridade e confidencialidade das informações em saúde.

8.4. A contratada deverá assegurar que os serviços sejam executados em conformidade com padrões técnicos adequados, observando boas práticas de gestão, tecnologia da informação e segurança da informação, bem como a legislação vigente aplicável, especialmente no que se refere à proteção de dados.

8.5. O início da execução dos serviços deverá ocorrer conforme cronograma a ser definido pela Secretaria Municipal de Saúde, após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, devendo a contratada estar apta a iniciar as atividades de forma imediata, conforme solicitação da Administração.

8.6. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que será responsável por verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos serviços prestados e a conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. O prazo máximo para início da execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou documento equivalente emitido pela Administração, devendo a contratada iniciar imediatamente as atividades conforme as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2. A contratada será responsável integralmente por todas as etapas da execução dos serviços, desde a apresentação da proposta até a efetiva prestação dos serviços no Município de Careiro/AM, incluindo:

- a) Garantir que a proposta apresentada reflita capacidade real de execução, evitando interrupções, falhas operacionais ou descumprimento contratual;
- b) Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições operacionais e exigências estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) Disponibilizar equipe técnica qualificada, bem como todos os recursos necessários à execução adequada dos serviços;
- d) Assegurar o funcionamento contínuo dos serviços, incluindo suporte técnico, manutenção e acompanhamento das atividades;
- e) Assumir integralmente todos os custos e encargos relacionados à execução dos serviços, incluindo deslocamentos, infraestrutura, equipamentos, tributos e demais despesas necessárias.

9.2.1. Fica expressamente vedada a transferência de responsabilidades à Administração, sendo que qualquer falha na execução dos serviços será de inteira responsabilidade da contratada, sujeitando-a à aplicação de penalidades previstas na legislação vigente, incluindo advertência, multa, rescisão contratual e responsabilização por eventuais prejuízos causados.

9.3. Em caso de impossibilidade de cumprimento dos prazos ou condições estabelecidas, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, apresentando justificativas devidamente fundamentadas. Eventuais pedidos de prorrogação serão analisados exclusivamente à luz de caso fortuito ou força maior, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Garantia de execução e qualidade. A contratada deverá:

- a) Manter comunicação contínua com a Administração, informando qualquer situação que possa comprometer a execução dos serviços;
- b) Garantir a qualidade, continuidade e conformidade dos serviços durante toda a vigência contratual;
- c) Atender prontamente às solicitações da Administração para ajustes, correções ou adequações necessárias;
- d) Assegurar suporte técnico eficiente, com resposta adequada às demandas operacionais e correção de falhas;
- e) Reconhecer que falhas decorrentes de má execução não a eximem de responsabilidade, cabendo-lhe corrigir eventuais problemas e ressarcir prejuízos causados à Administração.

9.5. A Administração ressalta que a responsabilidade integral da contratada, desde a apresentação da proposta até a execução efetiva dos serviços, é essencial para garantir a continuidade das atividades da Secretaria Municipal de Saúde, evitando interrupções, falhas operacionais e prejuízos à prestação dos serviços públicos à população.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

10.1. A empresa contratada deverá garantir a adequada execução do objeto, atendendo aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Os serviços deverão ser executados por equipe técnica qualificada, com conhecimento comprovado em gestão da saúde, sistemas de informação em saúde e monitoramento de indicadores da Atenção Primária à Saúde (APS);
- b) Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, sem interrupções, assegurando regularidade, eficiência e qualidade na execução das atividades;
- c) Todas as soluções tecnológicas, ferramentas e sistemas utilizados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como com as diretrizes do Ministério da Saúde e demais normas aplicáveis;
- d) A contratada deverá garantir a integridade, confiabilidade e disponibilidade das informações em saúde, assegurando a correta operacionalização dos sistemas utilizados;
- e) Não serão admitidas falhas recorrentes, interrupções injustificadas ou execução em desacordo com os padrões técnicos exigidos.

10.2. Além dos critérios técnicos, deverão ser observados requisitos relacionados à sustentabilidade e boas práticas na prestação de serviços, considerando:

10.2.1. A adoção de soluções tecnológicas que promovam o uso racional de recursos, redução de desperdícios e eficiência operacional;

10.2.2. A utilização de infraestrutura de computação em nuvem que atenda a padrões de eficiência energética e segurança da informação;

10.2.3. A priorização de processos digitais, reduzindo a utilização de materiais físicos e contribuindo para a sustentabilidade administrativa;

10.2.4. A observância de boas práticas relacionadas à segurança da informação e proteção de dados.

10.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, sendo toda a execução de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, salvo hipóteses devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.

10.4. Poderá ser exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme condições a serem estabelecidas no instrumento contratual.

10.5. O contrato ou instrumento equivalente estabelecerá as condições relativas à garantia da contratação, assegurando o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada.

10.6. As empresas licitantes deverão apresentar documentação comprobatória de sua capacidade técnica para execução do objeto, mediante:

10.6.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação anterior de serviços com características compatíveis ao objeto desta contratação, especialmente relacionados à gestão da saúde, sistemas de informação em saúde ou atividades correlatas, atestando o bom desempenho da empresa;

10.6.2. Para fins de comprovação objetiva, serão considerados compatíveis os atestados que demonstrem a execução de serviços similares, em volume mínimo de 10% (dez por cento) das quantidades estimadas ou em condições equivalentes de complexidade e prazo.

10.6.3. O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar a execução de serviços similares, desde que atendam aos critérios estabelecidos neste item.

10.6.4. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público deverão ser assinados pela autoridade competente ou responsável pela unidade administrativa. Já os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão conter a identificação e assinatura do representante legal da contratante.

10.6.5. A ausência de apresentação de documento(s) comprobatório(s) de aptidão técnica, de forma clara, legível e idônea, que atendam aos requisitos previstos neste Termo de Referência e Edital, poderá ensejar a inabilitação da licitante, mediante decisão devidamente motivada da autoridade competente.

10.6.6. A Administração poderá, a seu critério, solicitar documentos adicionais para verificação da legitimidade dos atestados apresentados, tais como: cópia do contrato que originou a prestação dos serviços atestados, endereço atualizado da contratante, local de execução do objeto, dentre outros documentos que se fizerem necessários à devida comprovação.

10.6.7. A empresa licitante deverá apresentar Alvará de Funcionamento em vigor, emitido por autoridade competente, acompanhado dos respectivos comprovantes de regularidade, quando aplicável.

10.6.8. Será exigida a apresentação de Declaração de Nada Consta junto à Comissão Municipal de Licitação do Município de Careiro/AM, que deverá ser solicitada previamente pelo licitante junto ao Protocolo Geral da Prefeitura, mediante requerimento em papel timbrado da empresa interessada, até 03 (três) dias úteis antes da data prevista para a sessão pública. A declaração poderá ser obtida por meio do e-mail institucional: cmlprefcareiro@gmail.com ou presencialmente na sede da Prefeitura Municipal.

10.6.9. A empresa deverá comprovar a adoção de práticas de segurança da informação, garantindo a proteção, confidencialidade e integridade dos dados, especialmente aqueles relacionados à saúde.

10.6.10. Declaração de que possui capacidade técnica, operacional e estrutura suficiente para execução integral do objeto.

10.6.11. Declaração de que não realizará interrupção injustificada dos serviços durante a vigência contratual.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1. A contratação decorrente desta licitação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, conforme legislação aplicável. Durante esse período, a empresa contratada deverá executar os serviços técnicos continuados de apoio à gestão da saúde, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

11.2. A vigência contratual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante justificativa fundamentada da Administração, desde que comprovadas:

- a) a necessidade de continuidade dos serviços;
- b) a vantajosidade econômica da prorrogação;
- c) a manutenção das condições contratuais;
- d) a disponibilidade orçamentária.

A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Considerando a natureza contínua dos serviços, a vigência contratual poderá ser estendida até o limite de 05 (cinco) anos, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e o adequado desempenho da contratada.

11.4. A eventual prorrogação deverá observar:

- a) a manutenção da qualidade e regularidade dos serviços prestados;
- b) o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
- c) o interesse público na continuidade da execução dos serviços;
- d) a avaliação da Administração quanto à eficiência e desempenho da contratada.

11.5. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo ou instrumento equivalente, assegurando a continuidade da execução dos serviços e a segurança jurídica da contratação, observados os limites legais e a legislação vigente.

11.6. A adoção de prazo de vigência e suas eventuais prorrogações visa:

- a) garantir a continuidade dos serviços essenciais à gestão da saúde;
- b) evitar interrupções nas atividades da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) assegurar eficiência, economicidade e qualidade na prestação dos serviços;
- d) possibilitar planejamento administrativo e orçamentário adequado;
- e) manter a estabilidade operacional dos sistemas e processos de gestão da saúde.

12. DEVERES DA CONTRATADA:

12.1. Cumprir integralmente todas as especificações técnicas, operacionais, prazos e condições previstas neste Termo de Referência, no Edital e no contrato.

- a) Executar os serviços técnicos de apoio à gestão da saúde nos prazos, condições e locais indicados pela Administração, em estrita conformidade com as especificações deste Termo de Referência e da proposta apresentada;
- b) Assumir integralmente todos os custos e responsabilidades relacionados à execução dos serviços, incluindo deslocamento de equipe, infraestrutura tecnológica, equipamentos, sistemas, tributos, encargos e demais despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para a Administração;
- c) Cumprir todas as obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução contratual, inclusive aquelas relacionadas à equipe técnica envolvida na prestação dos serviços;
- d) Atender prontamente a todas as solicitações da Administração, incluindo fornecimento de informações, relatórios, documentos técnicos e ajustes necessários à execução dos serviços;
- e) Acatar as orientações, determinações e recomendações da fiscalização da Administração, garantindo a execução dos serviços de forma rigorosa, eficiente e dentro dos padrões estabelecidos;
- f) Disponibilizar suporte técnico contínuo, presencial e/ou remoto, garantindo atendimento ágil e eficaz para solução de falhas, inconsistências e demandas operacionais;
- g) Assegurar a qualidade, regularidade e continuidade dos serviços prestados, garantindo conformidade com os padrões técnicos exigidos, podendo a Administração rejeitar serviços executados em desacordo com o contrato;
- h) Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato, falha ou ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- i) Cumprir todas as normas legais, regulamentares e de segurança da informação aplicáveis, especialmente no que se refere ao tratamento e proteção de dados em saúde;
- j) Manter atualizados os dados cadastrais, fiscais e de contato junto à Administração durante toda a vigência do contrato;
- k) Responder integralmente por danos materiais ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de falhas, omissões ou irregularidades na execução dos serviços;
- l) Garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações em saúde, adotando medidas adequadas de segurança da informação;
- m) Apresentar relatórios periódicos das atividades executadas, conforme exigido pela Administração, demonstrando a execução dos serviços e os resultados alcançados;
- n) Observar integralmente as orientações da Secretaria Municipal de Saúde e da fiscalização contratual, garantindo transparência, controle e adequada execução dos serviços.

13. DEVERES DA CONTRATANTE:

13.1. A Administração Pública, na qualidade de Contratante, obriga-se a exercer papel ativo, diligente e contínuo na supervisão, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços contratados, garantindo o cumprimento integral das cláusulas contratuais, bem como das especificações técnicas, operacionais e qualitativas estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e demais documentos, devendo, para tanto:

- a) Garantir o acompanhamento rigoroso e permanente da execução dos serviços, por meio de fiscalização técnica e administrativa, verificando a conformidade, qualidade, desempenho e adequação às necessidades da Administração, adotando medidas corretivas sempre que necessário;
- b) Assegurar o acesso dos profissionais da Contratada às dependências da Administração, quando necessário à execução dos serviços, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades e comunicação eficiente entre as partes;
- c) Realizar o controle e acompanhamento sistemático dos serviços executados, avaliando resultados, qualidade, cumprimento de prazos e desempenho da contratada, registrando formalmente eventuais inconformidades, falhas ou irregularidades;
- d) Exigir que a Contratada mantenha, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) Designar formalmente servidor ou equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato, com competência para acompanhar, orientar e validar a execução dos serviços, zelando pelo interesse público;
- f) Exercer o direito de rejeição total ou parcial dos serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, padrões de qualidade, prazos ou demais condições estabelecidas no contrato;
- g) Efetuar o pagamento à Contratada de forma tempestiva, conforme os valores, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e no contrato, observada a legislação vigente;
- h) Aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência, edital e legislação aplicável, em caso de descumprimento contratual por parte da Contratada;
- i) Fornecer à Contratada todas as informações, documentos, orientações e condições necessárias à adequada execução dos serviços, garantindo clareza, transparência e cooperação entre as partes;
- j) Comunicar formalmente à Contratada quaisquer inconsistências, falhas ou necessidades de ajustes na execução dos serviços, estabelecendo prazos para correção e acompanhamento das medidas adotadas.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

14.1. O contrato deverá ser executado integralmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução dos serviços será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, devendo tais ocorrências ser formalmente registradas mediante apostilamento contratual.

14.3. Todas as comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que houver exigência formal, admitindo-se o uso de meios eletrônicos, desde que devidamente comprovado o recebimento.

14.4. A Administração poderá convocar representante da Contratada a qualquer tempo para adoção de providências que exijam cumprimento imediato, especialmente em situações que possam comprometer a continuidade ou a qualidade dos serviços.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar a Contratada para reunião inicial de alinhamento, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização e execução, contemplando:

- a) Obrigações contratuais;
- b) Mecanismos e critérios de fiscalização;
- c) Estratégias e metodologia de execução dos serviços;
- d) Plano de execução da Contratada, quando aplicável;
- e) Indicadores de desempenho e resultados esperados;
- f) Sanções aplicáveis em caso de descumprimento contratual.

14.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

14.7. O fiscal técnico acompanhará a execução dos serviços, assegurando o cumprimento das condições contratuais e a obtenção dos melhores resultados para a Administração.

14.7.1. Todas as ocorrências relacionadas à execução deverão ser registradas em sistema próprio ou instrumento equivalente, contendo o histórico da execução contratual e as medidas adotadas para correção de falhas.

14.7.2. Em caso de irregularidades, o fiscal técnico notificará formalmente a Contratada, estabelecendo prazo para a devida correção.

14.7.3. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato as situações que demandem decisões ou providências que extrapolem sua competência.

14.7.4. Ocorrências que possam comprometer a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos deverão ser comunicadas imediatamente ao gestor do contrato.

14.7.5. Ao término do contrato, o fiscal técnico informará o gestor quanto à necessidade de prorrogação ou encerramento contratual.

14.8. O fiscal administrativo será responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, bem como acompanhar os aspectos administrativos do contrato, incluindo empenhos, pagamentos, garantias, glosas, termos aditivos e demais registros necessários.

14.8.1. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal administrativo atuará de forma imediata para regularização da situação, comunicando ao gestor quando necessário.

14.9. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, promovendo o acompanhamento das atividades, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias à adequada execução do objeto.

14.10. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais e comunicará à autoridade competente situações que demandem providências superiores.

14.11. Caberá ao gestor acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada e identificar eventuais riscos que possam comprometer a execução contratual.

14.12. O gestor deverá emitir relatório de avaliação da execução contratual, considerando o desempenho da Contratada, cumprimento das obrigações, indicadores de resultado e eventuais penalidades aplicadas.

14.13. O gestor adotará as medidas necessárias à instauração de processo administrativo para aplicação de sanções, quando constatado descumprimento contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.14. Ao final da contratação, o gestor elaborará relatório conclusivo quanto à execução do objeto, avaliando os resultados alcançados e propondo melhorias para futuras contratações.

14.15. A documentação relativa à execução contratual será encaminhada ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, conforme os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização

15. FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADES:

15.1. A fiscalização da execução do objeto contratado será exercida pela Administração Pública, por meio de servidor ou comissão especialmente designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A fiscalização compreenderá a execução contratual como um todo, assegurando que os serviços sejam prestados em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

15.2. Compete ao fiscal do contrato:

- a) Acompanhar, verificar e atestar a conformidade técnica, qualitativa e temporal dos serviços prestados;
- b) Comunicar imediatamente à Administração quaisquer irregularidades, falhas ou descumprimentos, propondo medidas corretivas e prazos para regularização;
- c) Registrar detalhadamente todas as atividades de fiscalização, incluindo relatórios, notificações e ocorrências, mantendo documentação para controle administrativo e eventual suporte jurídico;
- d) Verificar a regularidade documental da Contratada, incluindo notas fiscais, certidões, alvarás e demais documentos exigidos.

15.3. A Contratada será integralmente responsável por:

- a) Cumprir rigorosamente as especificações técnicas e condições previstas no contrato e neste Termo de Referência;
- b) Garantir a execução adequada, contínua e eficiente dos serviços, assumindo todos os custos necessários à sua realização;
- c) Corrigir, ajustar ou refazer serviços que apresentem falhas, inconsistências ou não conformidades, sem ônus adicional para a Administração;
- d) Assegurar a qualidade dos serviços prestados, em conformidade com os padrões técnicos exigidos;
- e) Manter suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual, garantindo solução ágil de problemas.

15.4. A aceitação dos serviços não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais. Eventuais falhas identificadas posteriormente poderão ensejar aplicação de penalidades, mesmo após o atesto da execução. A Administração poderá rejeitar total ou parcialmente serviços executados em desacordo com o contrato.

15.5. A Contratada deverá permitir o acesso irrestrito dos fiscais às informações, sistemas e locais necessários à verificação da execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos e dados solicitados para comprovação da regularidade contratual.

15.6. Em caso de falhas, atrasos ou inadequações na execução dos serviços, o fiscal comunicará à Administração, que poderá:

- a) Determinar a correção imediata dos serviços;
- b) Estabelecer prazos para regularização;
- c) Aplicar sanções administrativas previstas no contrato.

15.7. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- a) Advertência;
- b) Multas;
- c) Suspensão de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade;
- e) Rescisão contratual e ressarcimento de danos.

Parágrafo único. Será assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.8. O fiscal e o gestor do contrato manterão registros detalhados da execução, incluindo relatórios periódicos que permitam à Administração acompanhar:

- a) qualidade e regularidade dos serviços;
- b) cumprimento de prazos;
- c) regularidade da contratada;
- d) aplicação de medidas corretivas e penalidades;
- e) desempenho contratual.

15.9. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, promovendo a integração entre fiscalização técnica e administrativa, garantindo o cumprimento das normas legais e contratuais.

17. PRAZO E FORMA PAGAMENTO:

17.1. Os serviços executados serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação do relatório de execução ou documento equivalente pela Contratada, por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos do art. 140, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Este procedimento tem por finalidade verificar a conformidade inicial dos serviços prestados com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, assegurando que eventuais inconformidades sejam identificadas e registradas.

17.1.1. O recebimento provisório será formalizado mediante registro ou termo equivalente, contendo:

- a) descrição detalhada dos serviços executados no período;
- b) verificação da conformidade com as especificações técnicas e condições contratuais;
- c) análise do cumprimento dos prazos e níveis de atendimento estabelecidos;
- d) registro de eventuais falhas, inconsistências ou não conformidades identificadas;
- e) validação pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização.

17.1.2. Eventuais inconformidades detectadas no recebimento provisório deverão ser imediatamente comunicadas à Contratada, a qual terá prazo determinado para providenciar a substituição ou correção dos materiais, sob pena de aplicação de sanções previstas em contrato, incluindo multas e outras penalidades administrativas.

17.2. Recebimento Definitivo:

17.2.1. O recebimento definitivo ocorrerá após análise técnica detalhada dos materiais entregues, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento provisório, conforme o art. 140, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

17.2.2. A Comissão ou servidor designado verificará a plena conformidade do fornecimento, considerando:

- a) atendimento integral às especificações técnicas, quantitativas e qualitativas;
- b) verificação de embalagens, documentação e certificados de garantia;
- c) cumprimento de normas técnicas aplicáveis, incluindo ABNT e regulamentos setoriais;
- d) registro detalhado de todas as observações e eventuais problemas detectados.

17.2.3. Será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que formaliza a aceitação total ou parcial do fornecimento. Caso sejam identificadas irregularidades ou não conformidades, a Contratada será notificada para:

- a) realizar substituição ou correção dos itens defeituosos;
- b) cumprir todas as obrigações contratuais sem custos adicionais para a Administração;
- c) responsabilizar-se por quaisquer prejuízos decorrentes de atraso ou falhas na execução.

17.3. Liquidação da Despesa:

17.3.1. A liquidação da despesa será realizada nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964, mediante verificação da regularidade da entrega e da conformidade dos materiais com as especificações contratuais, assegurando que os pagamentos somente ocorram após a comprovação efetiva do fornecimento conforme contratado.

17.3.2. Os documentos exigidos para a liquidação incluem:

- a) Termo de Recebimento Definitivo;
- b) Nota Fiscal eletrônica emitida pela Contratada, contendo dados corretos e completos;
- c) Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

- d) Relatórios de fiscalização técnica e administrativa, com atesto do cumprimento integral das obrigações contratuais;
- e) Qualquer documentação complementar exigida para comprovar a entrega, manutenção de qualidade e conformidade legal.

17.3.3. A liquidação somente será autorizada após confirmação de que todos os requisitos legais e contratuais foram cumpridos, incluindo obrigações tributárias, garantias, prazos e condições contratuais específicas.

17.4. Prazos e Procedimentos de Liquidação:

17.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou instrumento equivalente, o prazo para liquidação será de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, conforme art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

17.4.2. Para despesas de pequeno valor, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, o prazo será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação quando necessário.

17.4.3. O setor competente verificará se o documento apresenta os elementos essenciais:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) identificação completa do contrato e do órgão contratante;
- d) período de execução do contrato;
- e) valor total a pagar;
- f) destaque de retenções tributárias, quando aplicável.

17.4.4. Havendo erro ou irregularidade, a liquidação ficará sobrestada até que a Contratada adote as providências corretivas, reiniciando-se o prazo de liquidação após a regularização, sem ônus ao contratante.

17.5. Verificação de Habilitação e Regularidade:

17.5.1. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou sistemas equivalentes para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação;
- b) identificar possíveis impedimentos legais à participação da Contratada em licitações;
- c) averiguar ocorrências impeditivas indiretas, conforme IN SEGES nº 3/2018.

17.5.2. Constatada irregularidade, a Contratada será notificada por escrito para regularização ou apresentação de defesa em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração.

17.5.3. Persistindo a irregularidade ou sendo a defesa rejeitada, a Administração poderá:

- a) suspender os pagamentos;
- b) aplicar penalidades contratuais;
- c) adotar medidas administrativas para rescisão, assegurando ampla defesa.

17.6. Prazo e Forma de Pagamento:

17.6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após a finalização da liquidação da despesa, observando os procedimentos da IN SEGES/ME nº 77/2022.

17.6.2. O pagamento será realizado por ordem bancária, depositada na conta indicada pela Contratada, considerando como data do pagamento o dia da emissão da ordem.

17.6.3. Valores pagos fora do prazo serão atualizados monetariamente pelo índice IGP-M, contados do término do prazo até a efetiva realização do pagamento.

17.7. Retenções e Obrigações Tributárias:

17.7.1. Serão aplicadas todas as retenções tributárias obrigatórias, conforme legislação vigente, inclusive INSS, IR, PIS/Pasep, Cofins e demais tributos incidentes.

17.7.2. Contratadas optantes pelo Simples Nacional não sofrerão retenções sobre tributos abrangidos pelo regime, mediante apresentação de documentação oficial válida.

17.7.3. O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade fiscal, garantindo a conformidade da Contratada com normas federais, estaduais e municipais.

18. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. Considerações Gerais:

18.1.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações contratuais, legais e regulamentares por parte da Contratada constituirá infração administrativa, sujeitando-se às sanções previstas neste Termo de Referência, no Edital de Licitação, no Contrato e na legislação aplicável, incluindo a Lei nº 14.133/2021 (arts. 156 a 158) e normas correlatas.

18.1.2. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo regular, assegurando à Contratada ampla defesa e contraditório, nos termos da legislação vigente.

18.2. Infração Administrativa:

18.2.1. Considera-se infração administrativa qualquer ato ou omissão da Contratada que resulte em:

- a) descumprimento de especificações técnicas ou quantitativas;
- b) atraso na entrega dos materiais ou na execução dos serviços;
- c) fornecimento de produtos com defeitos, avarias, qualidade inferior ou em desacordo com o contrato;
- d) descumprimento de prazos de substituição ou correção de itens rejeitados;
- e) não cumprimento de normas legais, ambientais, de segurança ou sanitárias aplicáveis;
- f) omissão ou falha na prestação de informações solicitadas pela Administração;
- g) qualquer conduta que cause prejuízo à Administração ou a terceiros, direta ou indiretamente.

18.2.2. A ocorrência de infração será registrada pelo gestor do contrato e pelos fiscais técnico e administrativo, mediante relatório detalhado que descreva fatos, provas, datas, responsáveis e consequências observadas.

18.3. Sanções Administrativas

18.3.1. As sanções aplicáveis à Contratada poderão incluir:

a) Advertência:

- Aplicável nos casos de falhas leves ou pontuais, que não comprometam significativamente o objeto contratado.
- A advertência será formalizada por notificação escrita, descrevendo o motivo, a exigência de correção e o prazo para regularização.

b) Multa:

- Multa pecuniária será aplicada nos casos de descumprimento de prazos, entrega de materiais irregulares, não observância de normas técnicas ou demais obrigações contratuais.
- O valor e percentual da multa serão definidos no Contrato, respeitando limites legais, podendo variar conforme a gravidade da infração.
- A multa será cumulativa com outras sanções, caso a infração seja reincidente ou cause danos significativos.

c) Suspensão Temporária de Participar em Licitação e Impedimento de Contratar:

- Aplicável quando houver descumprimento grave ou reincidência nas obrigações contratuais.
- O prazo será determinado pela autoridade competente, respeitando os limites legais.

d) Declaração de Inidoneidade:

- Medida extrema, aplicável quando a Contratada demonstrar incapacidade reiterada, má-fé, fraude ou conduta que coloque em risco o interesse público.
- A declaração de inidoneidade impede a Contratada de contratar com a Administração Pública enquanto perdurar a penalidade.

18.3.2. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade da infração, dos prejuízos causados e da reincidência.

18.4. Procedimento Administrativo:

18.4.1. A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo formal, contendo:

- a) notificação da Contratada sobre a infração apurada;
- b) prazo para apresentação de defesa escrita e documentação comprobatória;
- c) análise da defesa pelo gestor do contrato ou autoridade competente;
- d) decisão fundamentada sobre a aplicação da sanção, com registro no processo e comunicação à Contratada.

18.4.2. A Contratada terá direito à ampla defesa, incluindo acesso a provas, possibilidade de contraditório e recursos previstos na legislação.

18.4.3. Caso a Contratada não regularize a situação ou descumpra determinação de correção, a Administração poderá aplicar as sanções de forma imediata e proporcional à gravidade da infração.

18.5. Registro e Comunicação das Sanções:

18.5.1. Todas as sanções aplicadas deverão ser registradas em cadastro específico de contratos, com histórico detalhado de infrações, notificações, defesa e decisão final.

18.5.2. As sanções, quando aplicáveis, deverão ser comunicadas aos órgãos competentes, incluindo:

- a) órgãos de controle interno e externo;
- b) comissão de licitação, quando necessário;
- c) órgãos de fiscalização tributária e trabalhista, se aplicável.

19. RESCISÃO CONTRATUAL:

19.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer de forma unilateral, por iniciativa da CONTRATANTE, mediante comunicação formal por escrito à CONTRATADA, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, assim como por motivos de interesse público devidamente justificados. Em todos os casos, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal.

19.2. A rescisão também poderá ser realizada de forma amigável, mediante acordo entre as partes, desde que formalizada por escrito e autorizada pela autoridade competente da CONTRATANTE, com fundamentação que justifique a conveniência e o interesse público. O termo de rescisão amigável deverá ser anexado ao processo administrativo correspondente, garantindo rastreabilidade e transparência.

19.3. Poderá ocorrer rescisão por término natural do objeto contratado, observando-se o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA e a quitação de todos os encargos financeiros, legais e administrativos, assegurando a regularização de todas as pendências antes da finalização do contrato.

19.4. Em qualquer modalidade de rescisão, deverão ser observados todos os procedimentos legais e administrativos cabíveis, incluindo a formalização de notificação, ciência das partes, registro em processo administrativo, comunicação aos órgãos de controle interno e externo e guarda da documentação comprobatória, de modo a assegurar a segurança jurídica e a transparência do procedimento.

19.5. Na hipótese de rescisão motivada por inadimplemento ou descumprimento contratual da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato, tais como advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da exigência de reparação por eventuais prejuízos causados à Administração Pública.

19.6. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as determinações decorrentes da rescisão, incluindo a devolução de valores pagos indevidamente, entrega de materiais ou bens remanescentes e fornecimento de informações ou documentos necessários à completa finalização do contrato.

20. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

20.1. A aceitabilidade dos preços propostos pelas licitantes será verificada pela Administração com base em critérios objetivos, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Termo de Referência, do edital e das normas aplicáveis, de modo a assegurar a economicidade, a vantajosidade e a compatibilidade com os preços praticados no mercado para serviços de natureza similar.

20.2. Para fins de análise da aceitabilidade, serão considerados, dentre outros, os seguintes parâmetros:

- a) Preços registrados em Atas de Registro de Preços vigentes ou recentes, de órgãos da Administração Pública, compatíveis com o objeto contratado;
- b) Pesquisas de mercado, incluindo cotações junto a fornecedores, contratações similares e bases oficiais de preços, tais como PNCP, ComprasNet e demais sistemas equivalentes;
- c) Referenciais técnicos e econômicos do setor, quando existentes, relacionados a serviços similares;
- d) Composição de custos apresentada pela licitante, quando solicitada, considerando mão de obra, encargos sociais, tributos, despesas operacionais, infraestrutura tecnológica e demais custos necessários à execução dos serviços.

20.3. Serão considerados preços inexequíveis aqueles que apresentarem valores manifestamente insuficientes para a execução do objeto, comprometendo a qualidade ou a continuidade dos serviços, podendo ensejar a desclassificação da proposta, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

20.4. A Administração poderá solicitar às licitantes esclarecimentos e comprovação da composição de preços, com o objetivo de verificar a viabilidade da proposta e sua compatibilidade com os custos de mercado, assegurando a objetividade e a transparência na análise.

20.5. A proposta será considerada aceitável quando os preços:

- a) estiverem compatíveis com os valores praticados no mercado;
- b) atenderem aos limites orçamentários da Administração;
- c) permitirem a execução integral e adequada dos serviços;
- d) estiverem em conformidade com as especificações do Termo de Referência e do edital.

20.6. A Administração poderá desclassificar propostas que apresentem preços:

- a) inexequíveis;
- b) excessivamente elevados em relação ao mercado;
- c) incompatíveis com a execução do objeto;
- d) inconsistentes ou sem fundamentação adequada.

Parágrafo único. Em todos os casos, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.7. Todos os critérios utilizados na análise de aceitabilidade de preços deverão ser devidamente registrados no processo licitatório, garantindo rastreabilidade, transparência e segurança jurídica, em conformidade com as diretrizes aplicáveis à Administração Pública.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. A participação no presente processo licitatório implica na aceitação integral e irrevogável, por parte das licitantes, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e nos demais documentos que compõem o processo.

21.2. A Contratada deverá executar os serviços em estrita observância às normas legais vigentes, às diretrizes do Ministério da Saúde, às regras estabelecidas neste Termo de Referência e às determinações da Administração.

21.3. A Administração poderá, a qualquer tempo, promover ajustes, alterações ou adequações no contrato, desde que devidamente justificadas e observados os limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021.

21.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente, nos princípios que regem a Administração Pública e nas normas aplicáveis às contratações públicas.

21.5. A Contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

21.6. É vedada a transferência total ou parcial do objeto contratual, salvo mediante autorização expressa da Administração, nos termos da legislação vigente.

21.7. A execução dos serviços deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

21.8. A Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de descumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

21.9. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Estudo Técnico Preliminar, o edital, a proposta da contratada e demais documentos constantes do processo administrativo.

21.10. Fica eleito o foro da Comarca de Careiro/AM para dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. DECLARAÇÃO:

22.1. Declaramos, sob as penas da lei, que o presente Termo de Referência foi elaborado em estrita conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

22.2. Declaramos, ainda, que todas as informações, especificações técnicas, justificativas, estimativas de quantitativos e demais elementos constantes neste documento refletem as reais necessidades da Administração, tendo sido devidamente fundamentadas em estudos técnicos preliminares, pesquisas de mercado e análises administrativas.

22.3. Afirmamos que o objeto da contratação é compatível com o planejamento da Administração Pública, atendendo às demandas institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, bem como às diretrizes aplicáveis à gestão pública e à prestação de serviços à população.

Diante do exposto, aprova-se o presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurando a legalidade, transparência e regularidade do procedimento licitatório.

Careiro/AM, 19 de fevereiro de 2026.

NAYARA REGO DE LUNA
Secretária Municipal de Saúde
Portaria Nº 073 de 04 de fevereiro de 2026